Universidade
Jean Piaget
ANGOLA

REGULAMENTO ACADÉMICO

Viana, Agosto 2025

Universidade
Jean Piaget
ANGOLA

SENADO

***Deliberação Nº 005/Senado/2025**, de 19 de Setembro*

"Aprova o regulamento Académico a vigorar a partir do Ano Académico 2025/2026"

O Senado da Universidade Jean Piaget de Angola é, nos termos do artigo 33.º do Estatuto Orgânico da Universidade Jean Piaget de Angola, homologado pelo Decreto Executivo n.º 181/24, de 16 de Outubro, do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, o órgão colegial de carácter deliberativo, ao qual compete deliberar sobre matérias de âmbito científico e pedagógico.

Reunido no dia 16 de Setembro de 2025, na sala 1.15, o Senado deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Académico a vigorar a partir do Ano Académico 2025/2026.

Publique-se!

Mulenvos, 19 de Setembro de 2025.

O Presidente do Senado

Samuel Carlos Victorino

Samuel Carlos Victorino

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas sobre a organização académica e pedagógica na Universidade Jean Piaget de Angola (UNIPIAGET).

Artigo 2º
(Âmbito de Aplicação)

O presente Regulamento aplica-se aos processos de ingresso, matrícula, frequência e avaliação nos diferentes cursos de graduação ministrados na UNIPIAGET.

Artigo 3º
(Objectivos)

São objectivos do Regulamento Académico os seguintes:

1. Definir e normalizar os princípios e procedimentos gerais relacionados com o processo de ensino na UNIPIAGET;
2. Dotar os serviços académicos, os professores e os estudantes de um instrumento orientador de toda a actividade académica.

Artigo 4º
(Definições)

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

1. **Transferência**, o acto pelo qual um estudante requer a sua matrícula na UNIPIAGET ou da UNIPIAGET para outra Instituição de Ensino Superior.
2. **Mudança de curso ou opção**, o acto pelo qual um estudante da UNIPIAGET solicita inscrição num curso ou opção diferente daqueles em que esteve inscrito.
3. **Reingresso**, a vontade de um estudante da UNIPIAGET em dar continuidade aos estudos após a ausência de frequência de um ou mais anos académicos por suspensão de matrícula.

Artigo 5º

(Organização do Ano Académico)

1. Toda a actividade académica desenvolvida na UNIPIAGET é organizada com base no calendário do Ano Académico definido pelo Órgão de Tutela.
2. A calendarização dos períodos de exames de acesso, matrículas, aulas, avaliações, férias, actividades extracurriculares, seminários, colóquios, actividades científicas e outras é feita com base no calendário do Ano Académico e fixada no calendário interno.
3. Os estudantes e docentes são informados, com antecedência, das alterações de datas e horários, se as houver, referentes à calendarização divulgada.

Artigo 6º

(Normas de funcionamento)

1. A Actividade Académica é organizada em função de horários.
2. As actividades lectivas desenvolvem-se em tempos lectivos efectivos de 90 (noventa) minutos designados por módulos. Para efeitos de planificação da distribuição do trabalho docente, 1 (um) módulo corresponde a 2 (duas) horas lectivas da carga horária da Unidade Curricular (UC).
3. As actividades lectivas que, por motivos de força maior, não se realizarem podem ser compensadas em horário lectivo estabelecido entre o Docente da UC e o Coordenador do Curso, com conhecimento ao Gabinete de Sumários e Horários.
4. A compatibilidade do Horário de frequência às actividades lectivas na(s) UC do(s) ano(s) anterior(es), ao ano em que o estudante se encontra matriculado, não está assegurada.
5. Os tempos lectivos estão distribuídos em dois turnos: Diurno e Nocturno, sendo que o Diurno contempla o período da manhã, ou o período da tarde ou o período da manhã e da tarde, conforme o quadro abaixo, de segunda a sábado.

6. Sempre que possível, o 6.º e o 7.º módulos deverão funcionar no mesmo horário, conforme o quadro abaixo.

DIURNO	1.º módulo	08H00 às 09H30	**Período da manhã**
	2.º módulo	09H45 às 11H15	
	3.º módulo	11H30 às 13H00	
	4.º módulo	13H30 às 15H00	**Período da tarde**
	5.º módulo	15H15 às 16H45	
	6.º módulo	17H00 às 18H30	
NOCTURNO	7.º módulo	17H00 às 18H30	**Período da noite**
	8.º módulo	18H35 às 20H05	
	9.º módulo	20H10 às 21H40	

Artigo 7.º

(Regimes de Ingresso)

1. O acesso à UNIPIAGET e a frequência nos cursos são efectivados através dos Regimes de:

   a) Acesso;

   b) Reingresso;

   c) Transferência.

2. Regime de acesso

   a) No regime de acesso os candidatos concorrem às vagas estabelecidas para cada curso e aprovadas pelo Órgão de Tutela, participando do respectivo exame de acesso;

   b) As mudanças de curso, para estudantes admitidos pelo exame de acesso, só poderão ser solicitadas no ano académico seguinte à frequência e se tiverem aprovação a pelo menos 50% das UC frequentadas;

   c) Só é permitida a mudança de curso dentro das áreas frequentadas no ensino secundário;

   d) Não é permitida a mudança de curso para o curso de medicina;

   e) A mudança de curso é requerida ao Decano da Unidade Orgânica e deve apresentar os fundamentos para a mudança;

   f) A efectivação da mudança está sujeita aos procedimentos, aos actos administrativos e aos actos financeiros que lhe estão associados.

3. Reingresso

   a) O pedido de reingresso é dirigido ao Reitor e é efectuado junto dos Serviços Académicos, em modelo próprio.

   b) A renovação da matrícula só poderá ser realizada após despacho positivo e cumpridas as obrigações financeiras.

   c) Os Serviços Académicos procederão à actualização do histórico académico do estudante readmitido, considerando as UC, anteriormente, frequentadas com êxito e o Plano de Estudos em vigor.

4. Transferência

a) O Regime de transferências e mudança de curso está detalhado no Capítulo V, artigos 63 e 64;

b) O processo de reconhecimento de equivalências está detalhado no Capítulo VI, artigos 65 a 72.

Artigo 8º

(Ingresso no curso de medicina)

1. O ingresso no curso de medicina, no ciclo básico (1.º e 2.º ano) é feito por via do exame de acesso.
2. Ingressam por via de transferência os candidatos que cumpram os requisitos estabelecidos no Regime de Transferências (Artigos 63.º e 64.º).
3. O candidato aprovado no exame de acesso que seja detentor de qualificação académica adquirida em instituição de ensino superior nacional ou estrangeira pode, após efectivação da matrícula no 1.º ano, requerer equivalência nos termos do estabelecido no Capítulo VI, Artigos 65.º a 72.º do presente regulamento.

CAPÍTULO II

REGIME DE ACESSO

Artigo 9º

(Princípio geral)

1. A primeira matrícula na UNIPIAGET obedece ao princípio geral de exames de acesso, nos termos da legislação em vigor no Subsistema de Ensino Superior, especificamente o Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 5/19, de 08 de Janeiro.
2. Podem candidatar-se à UNIPIAGET, pelo Regime de Acesso, os candidatos cidadãos nacionais e estrangeiros que concluam com aproveitamento o 2.º ciclo do ensino secundário ou equivalente e façam prova de capacidade para a sua frequência, de acordo com os critérios gerais estabelecidos no Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior.

Artigo 10º

(Numerus clausus)

1. O acesso à UNIPIAGET assenta na existência de um *numerus clausus* que estabelece o número de vagas para cada curso.

2. O número de vagas estabelecido para cada curso é o aprovado pelo Órgão de Tutela e tornado público na UNIPIAGET.

Artigo 11º

(Organização do processo de acesso)

As informações inerentes ao processo de acesso aos cursos da UNIPIAGET, tais como, o calendário dos exames de acesso, o local de inscrição, os requisitos para a candidatura aos diversos cursos, os documentos exigíveis para a efectivação da candidatura, as informações detalhadas sobre o tipo de prova a realizar para o acesso a cada curso, os conteúdos e a bibliografia, bem como a matrícula dos candidatos admitidos, são definidas no Regulamento Interno de Acesso, nos termos do Decreto Presidencial nº 5/19, de 08 de Janeiro.

CAPÍTULO III

MATRÍCULA, INSCRIÇÃO, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, ANULAÇÃO E SUSPENSÃO DE MATRÍCULA

Artigo 12.º

(Matrícula e Renovação da Matrícula)

1. Os candidatos admitidos por um dos Regimes de Ingresso e os estudantes da UNIPIAGET formalizam a sua frequência lectiva através dos actos de Matrícula e de Renovação de Matrícula, respectivamente.

2. A **primeira matrícula** confere ao candidato admitido, por um dos Regimes de Ingresso, a qualidade de estudante da UNIPIAGET, o qual passará a dispor de um número de estudante que o identificará em todos os actos académicos em que participe.

3. O número de estudante é único e não se altera ao longo da permanência ininterrupta na UNIPIAGET.

4. A Matrícula e a Renovação de Matrícula estão condicionadas ao cumprimento do estipulado no Regulamento Financeiro.

5. O estudante, no momento da renovação da matrícula, não pode ter cometido infracção disciplinar com pena de suspensão ou expulsão da frequência das aulas. Caso tal se verifique, o acto é considerado nulo e sem efeito.

Artigo 13.º

(Inscrição e frequência)

1. A inscrição é o acto que confere ao estudante, depois da matrícula ou renovação de matrícula, o direito a frequentar as diversas UC e outras actividades curriculares do respectivo curso.

2. A primeira inscrição ocorre em simultâneo com a matrícula e abrange todas as UC do 1.º ano do respectivo plano de estudos.

3. O estudante, ao renovar a sua matrícula, inscreve-se nas UC do ano curricular que irá frequentar e nas eventuais UC que tenha em atraso.

4. O estudante é livre de escolher o número de UC que vai frequentar.

5. As regras de inscrição são observadas sem prejuízo da aplicação do sistema de precedências e das modalidades de transição de ano em vigor no respectivo curso.

6. Nenhum estudante pode frequentar ou ser avaliado em UC e outras actividades curriculares de um curso sem que nelas se encontre regularmente inscrito, sendo nulos e de nenhum efeito quaisquer resultados obtidos em situação irregular.

7. O estudante cuja matrícula ocorra depois das primeiras frequências (P1) perderá o direito a essa avaliação e ficará imediatamente inscrito para o Exame, salvo às UC cuja natureza não permita fazer avaliação apenas por exame, sendo a frequência obrigatória, à luz do presente Regulamento.

8. Os Serviços Académicos publicam a lista dos estudantes **inscritos em cada UC** nos prazos fixados no calendário do ano académico até quinze dias após o início das aulas.

Artigo 14º

(Instrução do processo de matrícula)

1. A matrícula é efectuada nos Serviços Académicos da UNIPIAGET, nos períodos estipulados para o efeito no calendário do Ano Académico.
2. A matrícula só pode ser efectuada pelo próprio ou por seu procurador bastante, devidamente documentado para o efeito, sendo os erros ou omissões cometidos no preenchimento do boletim de matrícula da sua exclusiva responsabilidade.
3. Os documentos necessários para a matrícula são os seguintes:
   a) Boletim de matrícula, devidamente preenchido;
   b) Fotocópia do Bilhete de Identidade de cidadão nacional ou passaporte (para os estrangeiros);
   c) Certificado de habilitações literárias, com notas discriminadas (original);
   d) Atestado médico;
   e) 2 Fotografias tipo passe.
4. O preenchimento e entrega do boletim de matrícula ou de renovação de matrícula, com a subscrição às diferentes UC, bem como a autenticidade e veracidade dos documentos facultados para a instrução do processo individual, são da exclusiva responsabilidade do candidato admitido e do estudante, respectivamente.
5. A prestação de falsas declarações, bem como a apresentação de documentos falsos, dá lugar à anulação da matrícula, sem prejuízo da responsabilização nos termos da Lei.

Artigo 15.º

(Suspensão e Anulação da Matrícula)

1. Qualquer estudante matriculado na UNIPIAGET pode pedir a suspensão de matrícula, sem prejuízo do disposto no Regulamento Financeiro e sob requerimento dirigido ao Reitor.
2. Qualquer estudante matriculado na UNIPIAGET está sujeito à medida disciplinar de anulação de matrícula.

3. Na **Suspensão de Matrícula** o estudante deixa de ter, **temporariamente**, qualquer vínculo com a UNIPIAGET. Caso o estudante pretenda retornar à UNIPIAGET, poderá fazê-lo por Reingresso por meio da Renovação da Matrícula, sujeitando-se à actualização da posição académica de acordo com o Plano de Estudos em vigor e ao cumprimento das disposições financeiras inerentes ao acto administrativo;

4. Na **Anulação de Matrícula** o estudante deixa de ter, **definitivamente**, qualquer vínculo com a UNIPIAGET. Caso o estudante pretenda retornar à UNIPIAGET, será sujeito a todos os procedimentos inerentes ao processo de acesso e matrícula.

Artigo 16º

(Condições para a anulação de matrícula)

1. A anulação da matrícula pode acontecer nas seguintes condições:
   a) Quando se verifique que foram prestadas falsas declarações;
   b) Sempre que seja determinada, na sequência de um processo disciplinar;
   c) Sempre que não haja cumprimento das obrigações financeiras;
   d) Sempre que o incumprimento das normas em vigor, na UNIPIAGET, for participado por qualquer entidade ou verificado pelos Serviços Académicos;
   e) Por vontade expressa do estudante.
2. Caso se verifique e se confirme uma situação prevista no número anterior, a matrícula será anulada e **serão considerados nulos todos os actos praticados ao abrigo da mesma**.
3. A anulação da matrícula produz efeitos académicos a partir do momento em que é solicitada ou declarada.
4. A não liquidação dos débitos no momento da anulação da matrícula impedirá a emissão de qualquer tipo de documentação.
5. A anulação da matrícula é concretizada mediante despacho do Reitor, depois de cumpridas as obrigações financeiras estipuladas no Regulamento Financeiro.

Artigo 17º

(Condições para a suspensão da matrícula)

1. A suspensão da matrícula de qualquer estudante pode acontecer nas seguintes condições:

   a) Por vontade expressa do estudante;

   b) Sempre que seja determinada, na sequência de um processo disciplinar;

   c) Sempre que o incumprimento das normas em vigor, na UNIPIAGET, for participado por qualquer entidade ou verificado pelos Serviços Académicos.

2. A suspensão da matrícula, quando requerida pelo estudante, é concretizada mediante despacho do Reitor, depois de cumpridas as obrigações financeiras estipuladas no Regulamento Financeiro.

Artigo 18º

(Número mínimo de inscrições)

1. O funcionamento de um curso ou das suas respectivas opções está condicionado à inscrição de um número mínimo de estudantes, em função de uma avaliação prévia da sustentabilidade do mesmo.

2. O número mínimo de estudantes inscritos necessários para o funcionamento de um determinado curso é fixado por despacho do Reitor, ouvida a Entidade Promotora.

Artigo 19º

(Inscrição simultânea)

1. Não é permitida a inscrição, no mesmo Ano Académico, em dois cursos de graduação na UNIPIAGET.

2. Os casos excepcionais estão condicionados à aprovação do Reitor, mediante parecer do Conselho Científico-Pedagógico da Unidade Orgânica a que os cursos pertencem.

3. A violação do disposto nos números anteriores determina a anulação da matrícula e da inscrição do estudante em causa, em ambos os cursos.

CAPÍTULO IV

NORMAS GERAIS DE ENSINO E AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

SECÇÃO I
Ensino-aprendizagem

Artigo 20º
(Generalidades)

1. O ensino das diferentes UC ocorre segundo os planos curriculares e conteúdos programáticos definidos, preferencialmente em regime presencial.
2. Nas várias UC pode ser adoptado um regime híbrido, combinando actividades lectivas presenciais com actividades lectivas não – presenciais.
3. Os planos curriculares de cada curso são publicados nas vitrinas e no site da UNIPIAGET.
4. As coordenações de curso devem abrir, para cada uma das UC do curso sob sua responsabilidade, um dossier onde fica arquivada toda a informação sobre a UC, nomeadamente, o diploma legal que aprova o curso, o programa analítico, a programação/planificação das actividades, o regime em que as actividades lectivas são desenvolvidas, cópias dos enunciados de provas de avaliação e respectivas chaves de correcção, sumários, apontamentos ou notas da matéria leccionada, relatórios e outras informações relevantes.
5. Sem prejuízo da liberdade de orientação e inovação e respeitando a competência técnica e científica dos docentes no ensino das matérias constantes dos programas, a operacionalização do processo de ensino e aprendizagem é feita por via de aulas, conferências, seminários, trabalho de campo, estágios e estudos livres, ou por outro processo que os regentes responsáveis por cada UC julguem conveniente.
6. Os Docentes devem, na primeira aula, apresentar e explicitar aos estudantes o programa da UC (conteúdos temáticos, bibliografia, modalidades de ensino e de avaliação, etc.).

Artigo 21º

(Aulas)

1. Em cada UC são leccionadas aulas teóricas, aulas práticas ou aulas teórico-práticas, conforme a especificidade definida no respectivo programa.
2. A aula teórica visa propiciar a aprendizagem compreensiva de factos, conceitos e princípios.
3. A aula prática, que consiste na realização de trabalhos laboratoriais ou de campo e na resolução de problemas práticos ou de exercícios de aplicação, tem por finalidade propiciar, aos estudantes, a aprendizagem dos métodos, processos e técnicas, bem como os contextos de aplicação dos conceitos e princípios considerados na aula teórica visando a efectiva compreensão dos factos.
4. As aulas teórico-práticas destinam-se a propiciar aos estudantes a aprendizagem compreensiva de factos, conceitos e princípios, bem como, simultaneamente, a aprendizagem de métodos, processos e técnicas de aplicação prática desses factos, conceitos e princípios.

Artigo 22º

(Conferências)

As conferências têm em vista a análise, por especialistas, de temas referentes a uma determinada área do saber.

Artigo 23º

(Seminários)

Os seminários são sessões de trabalho em que se semeiam ideias com o objectivo de suscitar o debate sobre determinados temas, visando o aprofundamento da aprendizagem por parte dos estudantes. Caracteriza-se pela exposição do professor seguida de debate com o auditório. A dinâmica do seminário divide-se em três momentos: a fase de exposição, a de discussão e a de conclusão.

Artigo 24º

(Visitas de estudo)

1. As visitas de estudo destinam-se a propiciar a observação e investigação directa de um ou vários objectos de estudo previamente escolhidos, situados fora do local habitual de aprendizagem.
2. As visitas de estudo implicam, para alcançar os fins a que se propõem, uma clara definição dos seus objectivos e métodos de trabalho e uma preparação cuidada.
3. As visitas de estudo são programadas e calendarizadas pelos docentes responsáveis pelas UC no início do Ano Académico e submetidos à apreciação e aprovação pelo Conselho Pedagógico – Científico da Faculdade após parecer da Coordenação de Curso.
4. As propostas de visitas de estudo devem integrar a lista nominal de todos os participantes da actividade (docentes, estudantes, funcionários).
5. A programação das visitas de estudo deve ser acompanhada do respectivo orçamento a ser submetido à aprovação da Associação Instituto Piaget de Angola após homologação pela Reitoria.
6. De cada visita de estudo o docente ou os docentes responsáveis terão de elaborar um relatório sucinto a entregar à Coordenação correspondente, onde conste, obrigatoriamente, além das actividades desenvolvidas, a listagem dos estudantes que, efectivamente, participaram, a duração da actividade e um resumo da incidência financeira, entre outros que sejam pertinentes acrescentar.

Artigo 25º

(Trabalho de Fim de Curso)

1. Na UNIPIAGET, todos os cursos culminam com a elaboração e defesa, ante Júri, pelo estudante, de um Trabalho de Fim de Curso.
2. Outras modalidades para concluir o curso: Em consonância com a riqueza das áreas de conhecimento presentes na UNIPIAGET, o Trabalho de Fim de Curso (TFC) assume diferentes modalidades, podendo ser, além da tradicional monografia, projecto, portfólio ou relatório. Essa flexibilidade permite que cada estudante explore a metodologia mais adequada à sua área de estudo e aos seus objectivos profissionais.

3. O Trabalho de Fim de Curso tem por fim fomentar, nos estudantes, qualidades de criatividade, de inovação, de investigação científica ou pedagógica, assim como a capacidade para a aplicação integrada dos conhecimentos adquiridos à resolução de problemas concretos e de desenvolvimento, com vista à sua formação académica e profissional.

4. Os procedimentos inerentes à elaboração, apresentação e defesa do Trabalho de Fim de Curso nas modalidades adoptadas e aprovadas para cada curso, são objecto de regulamentação em diploma próprio.

Artigo 26º

(Sumários)

Para cada aula o docente elabora um sumário da respectiva aula, especificando, de entre outros elementos, o conteúdo leccionado, a bibliografia de base, e ocorrências relevantes de ordem disciplinar.

SECÇÃO II

Frequência e Assiduidade

Artigo 27º

(Condições de frequência)

1. Têm direito a frequentar as actividades lectivas apenas os estudantes regularmente matriculados na UNIPIAGET.

2. A frequência do estudante obriga ao cumprimento de todos os regulamentos em vigor na UNIPIAGET, nomeadamente o Regulamento Académico, o Regulamento Financeiro, o Regulamento Disciplinar e demais disposições que os órgãos deliberem, não podendo ser invocado o desconhecimento dessas disposições.

Artigo 28º

(Modalidades)

A frequência às actividades lectivas processa-se em Regime de Estudantes Ordinários e Regime de Estudantes Extraordinários.

Artigo 29º

(Regime de Estudante ordinário)

O estudante em regime ordinário deve frequentar as aulas e demais actividades académicas definidas nos planos de estudo e nos regulamentos da Unidade Orgânica, durante todo o tempo em que as mesmas se realizem.

Artigo 30º

(Regime de Estudante Extraordinário)

1. O Regime de Estudante Extraordinário é atribuído a:
    a) O estudante trabalhador residente fora da Província de Luanda;
    b) O estudante trabalhador residente em Luanda e que trabalha fora de Luanda;
    c) O estudante desportista de alta competição ou a outro que faça prova bastante para usufruto desta modalidade de frequência.
2. A autorização da matrícula para frequência em Regime de Estudante Extraordinário é da competência do Reitor.

Artigo 31.º

(Assiduidade)

1. A assiduidade constitui critério obrigatório de avaliação nas UC com componente prática, práticas de laboratório, trabalhos de campo e estágio.
2. Independentemente da justificação das faltas o estudante é obrigado a frequentar 90% das aulas práticas, salvo especificações próprias de um determinado curso ou especialidade.
3. Os estudantes, que excederem o limite de faltas definido nos números anteriores, reprovam nessa UC.

Artigo 32º

(Pontualidade)

1. Os estudantes deverão comparecer às aulas e às outras actividades lectivas à hora marcada para o seu início, segundo o horário instituído.
2. Não é permitido o atraso às aulas. Será dada uma tolerância de 15 (quinze) minutos para os primeiros tempos de cada período, após o qual é marcada falta aos alunos que não se encontram na sala.

3. Nos restantes tempos lectivos pode o docente recusar o acesso de alunos à sala depois de iniciada a aula marcando, consequentemente, a respectiva falta.

Artigo 33º

(Justificação de faltas)

1. Os estudantes devem apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data do impedimento ou na actividade lectiva seguinte, o justificativo das faltas que tiverem dado, usando o boletim de justificação próprio a fornecer pelos Serviços Académicos.
2. Pelo boletim de justificação de faltas são devidos os emolumentos que constam da tabela de taxas e emolumentos em vigor na UNIPIAGET.

Artigo 34º

(Competência para justificação de faltas)

Compete ao Decano da Faculdade a justificação de faltas, ouvido o Coordenador de Curso.

Artigo 35º

(Motivos de justificação de faltas)

1. Constituem motivos de justificação de faltas, os factores não dependentes da vontade do estudante, que impeçam a sua comparência às aulas e a outras actividades pedagógicas obrigatórias, tais como:
    a) Doença comprovada por documento médico;
    b) Impedimento por razões militares, associativas, ou ainda laborais (para os estudantes-trabalhadores);
    c) Morte de parente próximo comprovada por boletim oficial de óbito nos termos da legislação aplicável.
2. Constituem motivos atendíveis de justificação de faltas quaisquer outras circunstâncias não referidas no número anterior, independentes da vontade do estudante, cuja justificação haja sido apresentada e aceite pelo Decano da Faculdade, ou por quem este delegar competência.

SECÇÃO III

Sistema de Avaliação de Conhecimentos

Artigo 36º
(Conceito)

A avaliação é o processo que visa aferir os conhecimentos e as competências dos estudantes em relação aos objectivos propostos e é feita por meio da avaliação contínua e de exame final, sem prejuízo para a especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Artigo 37º
(Classificação qualitativa e quantitativa da avaliação)

1. O aproveitamento do estudante em qualquer actividade académica traduz-se numa classificação designada por "nota" que é expressa em valores numa escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 20,0 (vinte vírgula zero).

2. A associação entre os atributos quantitativos e qualitativos da nota é expressa no quadro que segue:

Nota	***Significado***
0 a 9 valores	*Reprovado*
10 a 20 valores	*Aprovado*
Escala qualitativa associada à aprovação	
10 a 13 valores	*Suficiente*
14 a 15 valores	*Bom*
16 a 17 valores	*Bom com distinção*
18 valores	*Muito bom*
19 valores	*Muito bom com distinção*
20 valores	*Excelente*

3. A classificação em qualquer momento de avaliação é sempre arredondada à unidade, por excesso, quando o seu valor decimal for superior ou igual a 0,5 (zero vírgula cinco) e por defeito no caso contrário;
4. A não comparência e/ou não realização de avaliação pelo estudante é considerada como correspondente a 0,0 (zero vírgula zero) valores, sendo registada em pauta com **F**.
5. A ocorrência de fraude ou quebra de honestidade e/ou responsabilidade académica no acto de realização da prova é punível com a anulação da mesma, sendo registada em pauta com **An**.

Artigo 38º

(Composição do Sistema de Avaliação)

1. O sistema de avaliação na UNIPIAGET é composto pela Avaliação por Frequência (avaliação contínua) e pelo Exame Final.
2. O estudante opta, no acto de matrícula ou renovação de matrícula, para cada UC em que se queira inscrever, pelo Sistema de Avaliação por Frequência (avaliação contínua) ou pelo Sistema de Avaliação por Exame Final, salvo àquelas que estão definidas como de frequência obrigatória.
3. Uma vez inscrito para Avaliação por Frequência não é permitida a mudança para a Avaliação por Exame.
4. A opção pelo Sistema de Avaliação por Frequência implica a comparência do estudante a todos os momentos e modalidades de avaliação exigidas para a UC.
5. As UC com práticas de laboratório ou similares não podem ser avaliadas pelo Sistema de Avaliação por Exame Final, sendo obrigatória a Avaliação por Frequência.
6. Para cada curso deve ser público e estar afixado em vitrina o elenco das UC e respectiva modalidade de avaliação, tal como consta das tabelas anexas a este Regulamento sendo parte integrante do mesmo.

Artigo 39º

(Avaliação por frequência - Avaliação contínua)

1. A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do semestre e é composta por múltiplos elementos:
   a) Provas de frequência obrigatórias
   b) Exercícios práticos de laboratório e similares
   c) Trabalhos escritos (privilegiam-se os trabalhos individuais)
   d) Relatórios de trabalhos de campo
   e) Outros
2. As provas de frequência obrigatórias realizam-se nas datas fixadas no calendário do Ano Académico e são:
   a) 2 (duas), P1 e P2, para as UC semestrais;
   b) 3 (três), P1, P2 e P3, para as UC anuais, sendo 1 (uma) no primeiro semestre e 2 (duas) no segundo semestre.
   c) A primeira prova de frequência, P1, para as UC anuais coincide com a segunda prova de frequência, P2, para as UC semestrais.

	1.º Semestre		2.º Semestre	
UC semestrais	P1	P2	P1	P2
UC Anuais		P1	P2	P3

3. As P2 para as UC semestrais e as P3 para as UC anuais, respectivamente, são provas com **carácter de Exame**, pelo que a elaboração e avaliação das mesmas deve prever todos os conteúdos leccionados.
4. Os estudantes inscritos na modalidade de avaliação por exame, nas UC que assim o permitem, e os inscritos na designada modalidade exame 100% para UC em atraso, fazem esta prova na altura da P2 ou P3.

5. Os trabalhos escritos são feitos com base na metodologia de investigação científica, devendo cada docente assegurar a correcta elaboração dos mesmos.

6. Os múltiplos elementos que compõem a avaliação contínua serão combinados conforme definido em cada UC devendo os resultados produzir uma única nota calculada segundo a seguinte fórmula:

Média da Avaliação Contínua (MAC)

Para as UC Semestrais:

UC sem prática de laboratório

(P1 x 35%) + (P2 x 45%) + (OA=Outras Avaliações x 20%)

UC com prática de laboratório

(P1 x 30%) + (P2 x 50%) + (Laboratório e OA=Outras Avaliações x 20%)

Para as Unidades Curriculares Anuais:

UC sem prática de laboratório

(P1 x 20%) + (P2 x 20%) + (P3 x 40%) + (OA=Outras Avaliações x 20%)

UC com prática de laboratório

(P1 x 20%) + (P2 x 20%) + (P3 x 40%) + (Laboratório e OA=Outras Avaliações x 20%)

OA = Outras Avaliações = trabalhos individuais, seminários, assiduidade, etc.

Para as Outras Avaliações deverão existir os elementos probatórios sobre os resultados avaliativos e ser entregues com todo o dossier da UC.

7. Consideram-se aprovados na UC os estudantes que obtenham, na avaliação contínua, uma nota igual ou superior a dez (10) valores.

8. Os estudantes, que, tendo optado pela avaliação por frequência, não obtenham uma nota igual ou superior a dez (10) valores na avaliação contínua, podem prestar provas na época de exames de recurso.

Artigo 40º

(Calendarização das Provas)

1. As avaliações **por frequência** são realizadas de acordo com os calendários elaborados para o efeito.
2. Para a realização dos Exames na Época de Recuso e na época Especial são elaborados calendários e os mesmos poderão ser calendarizados de segunda a sábado, independentemente de o curso ter ou não aulas ao sábado.
3. Os calendários dos Exames deverão ser publicados até 15 dias antes da realização das provas;
4. Após a publicação dos calendários das avaliações, não são permitidas quaisquer alterações, salvo em situações de força maior que os Decanos deverão fundamentar junto do Vice-Reitor para a Área Académica.

Artigo 41.º

(Correcção de provas de frequência e afixação dos resultados)

1. A correcção das provas escritas ou teórico-práticas deve ser imediatamente feita de modo a que os seus resultados sejam afixados nos 10 (dez) dias posteriores à realização das mesmas.
2. Os Docentes devem, **obrigatoriamente, fazer a correcção da prova** com os estudantes antes da afixação dos resultados. Na aula destinada para este efeito **os estudantes estarão em posse das respectivas provas** constituindo-se, assim, a aula de correcção de provas num acto sublime de aprendizagem.
3. Após a correcção das provas com os estudantes o Docente lança as notas na pauta e no sistema de gestão académica da UNIPIAGET para efeitos de arquivo digital e para consulta pelos estudantes.
4. O lançamento das notas no sistema de gestão académica é feito pelo professor da UC, nos prazos estabelecidos no calendário. Findo o prazo, o sistema bloqueia a possibilidade de lançamento de notas. Nestes casos, todo o expediente é encaminhado para o Secretariado da Unidade Orgânica e remetido ao Decano para obter autorização para o lançamento das avaliações.

5. Após o lançamento das notas no sistema de gestão académica, o Docente deverá efectuar a entrega das provas, ao Secretariado da respectiva Unidade Orgânica, devidamente embaladas, identificadas e acompanhadas do enunciado e chave de correcção, bem como da folha de presenças, da pauta manuscrita e uma cópia da pauta digital, assinada pelo Docente da UC.
6. As pautas manuscritas e a cópia da pauta digital assinada pelo Professor são entregues aos Serviços Académicos – Sector de lançamento de Notas.
7. O disposto nos números anteriores do presente artigo não invalida a possibilidade de as coordenações de curso adoptarem mecanismos internos para a melhor gestão desta matéria.

Artigo 42º

(Alteração de notas)

1. Os pedidos de alteração de notas, pelos professores, só serão aceites até 30 dias após o encerramento do lançamento no sistema e consequente publicação da pauta.
2. Para qualquer alteração de notas os professores terão que fazer a solicitação por escrito e devidamente fundamentada.
3. A solicitação é feita ao Decano da Unidade Orgânica que a analisará e tomará a decisão final.

Artigo 43º

(Avaliação por Exame final)

1. O Exame poderá consistir de uma ou múltiplas provas (teórica, teórico-prática ou prática), que se combinarão conforme definido em cada UC devendo os resultados ser apresentados numa única nota, com valores em números inteiros;
2. As provas de Exame realizam-se **em chamada única** nas seguintes épocas:
   a) Época Normal;
   b) Época de Recurso;
   c) Época Especial.

3. Na Época Normal, os estudantes prestam provas, uma por cada UC, em todas as UC em que se encontrem inscritos.

4. Na Época de Recurso, prestam provas os estudantes que tenham reprovado na época normal ou que tenham reprovado na avaliação por frequência. Para se habilitarem a este processo, os estudantes devem efectuar a inscrição às UC a que pretendem fazer exame e proceder ao pagamento da taxa estabelecida no Regulamento Financeiro.

5. A Época Especial de Exames ocorre no período estabelecido no calendário do Ano Académico e nela prestam provas:

   a) O estudante inscrito e habilitado, que não tenha prestado prova na Época de Recurso e que tenha justificado a falta, obtendo a devida autorização do Decano da Unidade Orgânica;

   b) O estudante que, no último semestre lectivo, esteja reprovado em apenas uma UC, constituindo entrave para a defesa do trabalho de fim de curso;

   c) O estudante do curso de medicina geral e do curso de medicina dentária que esteja reprovado em apenas uma UC, constituindo entrave para a transição de ano;

   d) O estudante que requeira melhoria de nota às UC frequentadas no Ano Académico anterior obedecendo ao estabelecido no presente Regulamento;

6. A solicitação de Exames em Época Especial incorre no pagamento das taxas correspondentes para cada caso.

7. Consideram-se aprovados na UC os estudantes que obtenham no Exame, em qualquer época, uma nota igual ou superior a dez (10) valores.

Artigo 44º

(Regime opcional de avaliação para UC em atraso)

1. Para as UC em atraso valoriza-se a frequência às actividades curriculares correspondentes, registada nos anos anteriores.

2. O estudante pode optar pelo regime de frequência ou pelo regime de Exame.

3. O regime de frequência implica a comparência do estudante a todos os momentos e modalidades de avaliação exigidas para a UC, salvo nos casos em que tenha obtido nota positiva à componente prática.

Artigo 45º

(Procedimento do regime de avaliação)

1. O calendário a cumprir para as provas de avaliação contínua e para as provas de Exame é o que está estabelecido no calendário do Ano Académico.
2. O calendário de provas deverá indicar claramente a hora e as salas em que decorrerão essas provas, os professores vigilantes e outras informações imprescindíveis.

Artigo 46º

(Comparência às provas)

1. As provas de avaliação escritas, práticas ou orais serão precedidas de um controlo de presenças em que os estudantes devem identificar-se, mediante a apresentação do cartão de estudante da UNIPIAGET, a adquirir na Associação de Estudantes.
2. A confirmação da presença a uma prova escrita ou oral vale para todos os efeitos como realização da prova, mesmo que o estudante desista de imediato. Nestes casos é atribuída a nota zero ao estudante.

Artigo 47º

(Material autorizado para as provas)

1. Para a realização das provas de avaliação tanto de frequências como de exame final só é permitida, ao estudante, a utilização de impressos normalizados bem como de folhas de rascunho e material de consulta, previamente, autorizado pelo docente responsável pela UC.
2. O recurso, pelo estudante, a quaisquer elementos cuja utilização não tenha sido autorizada, pelo docente responsável pela UC, constitui fraude e envolve o implicado em sanções disciplinares estabelecidas pelo regulamento disciplinar.

Artigo 48º

(Ausência da sala no decorrer da prova)

Durante a realização das provas de avaliação contínua e de exame final não é permitido aos estudantes ausentarem-se da sala.

Artigo 49.º

(Duração das provas)

1. Nenhuma das provas de avaliação deverá ter uma duração superior a 3 (três) horas.
2. As provas de avaliação, que pela sua natureza exijam uma duração superior ao tempo estabelecido no ponto anterior, deverão ser divididas em módulos com intervalos de 30 (trinta) minutos.

Artigo 50.º

(Cotação das provas)

As provas têm uma cotação de 0 (zero) a 20 (vinte) valores devendo estar expressa no enunciado da prova a cotação atribuída a cada questão.

Artigo 51.º

(Consulta e revisão de provas de Exame)

1. Caso o estudante não considere justa a nota da prova teórica ou teórico-prática **do Exame** pode, com fundamentação bastante, requerer uma revisão de prova, em requerimento próprio a ser adquirido nos Serviços Académicos, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da data da respectiva publicação.
2. Compete ao Decano da Faculdade constituir, por despacho, um júri para a revisão de prova, o que deverá acontecer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a recepção do requerimento.
3. O júri procederá à revisão da prova e o resultado deverá ser expresso em relatório a elaborar em modelo próprio a ser fornecido pelos Serviços Académicos.
4. Se a nota resultante da revisão da prova for superior à anterior, o Júri publicará o novo resultado no sistema de gestão académica e em pauta dentro das 48 (quarenta e oito) horas imediatamente a seguir à sua nomeação.

5. Da decisão do júri não cabe recurso.

6. Serão liminarmente rejeitados os requerimentos de revisão de prova não fundamentados ou entregues fora do prazo.

7. A Revisão de Provas só é aplicável às provas de Exame Final e Exame de Melhoria de Nota.

Artigo 52.º

(Constituição do Júri da Revisão de Provas de Exame Final)

1. A fim de assegurar a imparcialidade e a transparência no processo de revisão de provas, a comissão de revisão é composta, no mínimo, por três Docentes, de igual ou superior grau académico ao do Docente regente, que leccionem em áreas afins e com experiência em avaliação e que não tenham participado da elaboração ou correcção da prova em questão.

2. A selecção dos membros da comissão será realizada por sorteio entre os professores que atenderem aos requisitos estabelecidos, garantindo assim a aleatoriedade e a imparcialidade do processo.

3. O professor regente participa no processo de revisão devendo prestar esclarecimentos técnicos sobre os critérios e a metodologia aplicados na avaliação, bem como disponibilizar formalmente esses critérios (chave de correcção) para servirem de referência objectiva à análise do Júri.

Artigo 53.º

(Resultado da Revisão de Provas de Exame Final)

1 - O resultado da revisão de provas de exame final é vertido num Relatório que é remetido ao Reitor, pelo Decano da Unidade Orgânica, para homologação.

2 – O relatório tem de fazer menção obrigatória da reunião do Júri em que foi feita a revisão de prova, bem como o resultado obtido.

3 – Após homologação do relatório, pelo Reitor, os Serviços Académicos:

a) Actualizam o termo de frequência do estudante no sistema de gestão académica;

b) Notificam o estudante requerente, sobre o resultado da sua petição;

c) Arquivam o relatório no processo do estudante.

Artigo 54º

(Melhoria de notas)

1. O estudante pode solicitar melhoria de nota a qualquer UC nas seguintes condições:

   a) Apenas nas UC em que tenha obtido aproveitamento positivo;

   b) Só pode ser solicitada uma vez por UC e apenas durante o Ano Académico seguinte àquele em que foi obtida a aprovação e nunca após a conclusão do curso;

   c) A falta de comparência do estudante ao exame para melhoria de nota, qualquer que seja o motivo, não pode ser invocada como fundamento para requerer de novo o mesmo exame;

   d) A solicitação de melhoria de nota incorrerá sempre no pagamento de uma taxa e deve ser requerida nos prazos fixados no calendário académico.

2. Em termos de aproveitamento, prevalecerá a melhor nota que o estudante tenha obtido.

Artigo 55º

(Transição de ano)

A frequência lectiva dos estudantes da UNIPIAGET está sujeita à transição segundo etapas assim determinadas pelo Artigo 49.º do Decreto presidencial 193/18, de 10 de Agosto, que estabelece as Normas Curriculares Gerais para os Cursos de Graduação do Subsistema de Ensino Superior, como segue:

1. Para transitar de ano na UNIPIAGET, o estudante tem de estar aprovado em pelo menos 80% das UC ou ter no máximo 30% de UC em atraso.
2. O número de UC resultantes da aplicação do número 1, do presente Artigo, é sempre arredondado por excesso, quando o seu valor decimal for igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), e por defeito, no caso contrário.
3. O Estudante que não tenha transitado de ano curricular inscreve-se e frequenta apenas as UC em que não obteve aproveitamento positivo.
4. Os emolumentos relativos a esta modalidade de frequência constam do Regulamento Financeiro.

Artigo 56º

(Transição para o Último Ano)

Além do disposto no Artigo 55.º sobre a transição de ano, estabelece-se, para todos os cursos, excepto para medicina e para medicina dentária, que é permitida a transição para o último ano do curso com uma única disciplina não aprovada do penúltimo ano, desde que esta não seja pré-requisito para disciplinas do último ano.

Artigo 57º

(Tabela – Resumo da Transição de Ano)

O número de UC resultantes da aplicação do número um do Artigo 55.º e do número dois do Artigo 56.º está espelhado na tabela abaixo:

Cursos	Nº de UCs para a transição de ano											
	Do 1º para o 2º			Do 2º para o 3º			Do 3º para o 4º			Do 4º para o 5º		
Percentagens da permissão de transição de ano / Faculdade de Ciências de Saúde	100%	A ≥80%	R ≤ 30%	100%	A ≥80%	R ≤ 30%	100%	Aprov	Reprov	100%	Aprov	Reprov
Ciências Farmacêuticas	11	9	3	15	12	5	16	13	5	17	16	1
Enfermagem	18	14	5	19	15	6	17	16	1			
Fisioterapia	11	8	3	15	12	5	17	16	1			
Medicina	11	9	3									
Medicina Dentária	11	9	3	15	12	5	17	14	5	18	17	1
Faculdade das Ciências Sociais e Humanas	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	Aprov	Reprov
Ciências da Comunicação	10	8	3	12	10	4	13	12	1			
Ciências do Desporto e Motricidade Humana	12	10	4	14	11	4	13	12	1			
Direito	7	6	2	10	8	3	10	8	3	9	8	1
Economia e Gestão	10	8	3	13	10	4	15	14	1			
Psicologia	14	11	4	18	14	4	15	14	1			
Sociologia	12	7	4	16	13	5	17	16	1			
Faculdade de Ciências e Tecnologias	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	Aprov	Reprov
Engenharia Civil	11	9	3	14	11	4	15	12	5	14	13	1
Engenharia de Pesquisa e Produção de Petróleos	11	9	3	15	12	5	16	13	5	15	14	1
Engenharia de Refinação de Petróleos	11	9	3	13	10	4	13	10	4	11	10	1
Engenharia Electromecânica	10	8	3	14	11	4	14	11	4	14	13	1
Engenharia Informática de Gestão	10	8	3	15	12	5	14	11	4	12	11	1
Faculdade das Humanidades, Artes, E.F.P.	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	A ≥80%	R ≤30%	100%	A ≥80%	R ≤30%			
Ensino do Português e Línguas Nacionais	14	11	4	18	14	5	19	18	1			

100% = Total de UC em Frequência

A ≥ 80% = N.º mínimo de UC em que o estudante tem de aprovar para transitar de ano

R ≤ 30% = N.º máximo de UC em que o estudante pode reprovar para transitar de ano

Para transitar de ano, o estudante deve aprovar, no mínimo, 80% das UCs ou reprovar, no máximo, 30% das UCs

É permitida a transição para o último ano com apenas uma única UC em atraso, desde que esta não seja precedente para UCs do último ano

Artigo 58º

(Regime de Precedências)

1. Nos cursos ministrados na UNIPIAGET, em cada semestre ou ano académico, podem existir UC de precedência.
2. São UC de precedência, aquelas em que é necessária aprovação prévia para que o estudante possa frequentar uma ou outras UC do semestre ou ano seguinte do curso.

3. O regime de precedências é proposto pela Coordenação do curso, sujeito a parecer do Conselho Científico e Pedagógico da Unidade Orgânica e aprovado pelo Conselho Científico, passando a fazer parte integrante do Regulamento de Frequência e Avaliação do respectivo curso.

4. Nos cursos em que o regime de precedências não esteja explicitamente definido, aplicam-se as regras de transição de ano estabelecidas no presente Regulamento.

Artigo 59º

(Transição de ano no curso de Medicina)

1. Do 1° para o 2° ano do curso, transita-se, no mínimo, com 80% (oitenta por cento) das UC aprovadas.

2. A partir do 2.° ano não se pode transitar com UC em atraso.

3. O Estudante que não tenha transitado de ano curricular inscreve-se e frequenta apenas as UC em que não obteve aproveitamento.

4. Os emolumentos relativos a esta modalidade de frequência constam do Regulamento Financeiro.

Artigo 60º

(Transição de ano no curso de Medicina Dentária)

1. Do 1.° para o 2.° ano do curso, a transição ocorre mediante aprovação em, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Unidades Curriculares (UC) frequentadas, de acordo com a tabela resumo de transição constante no Artigo 57.°.

2. Do 2.° ao 5.° ano, a transição de ano está sujeita **cumulativamente**:

   a) ao cumprimento da percentagem mínima de aprovação definida na tabela - resumo de transição referida no Artigo 57.°; e

   b) ao cumprimento do plano de precedências a seguir descrito:

A frequência de	*Depende da aprovação em*
UC do 2.º ano	***UC do 1.º ano***
Anatomia II	*Anatomia I*
Fisiologia Humana Buco-dental	*Anatomia I*
Farmacologia	*Bioquímica*
Histologia e Embriologia	*Biologia Celular e Molecular*
UC do 3.º ano	***UC do 2.º ano***
Cirurgia oral e Anestesiologia	*Anatomia II*
Cirurgia oral e Anestesiologia	*Fisiologia Humana*
Radiologia odontológica	*Radiologia e medicina física*
UC do 4.º ano	***UC do 3.º ano***
Endodontia II	*Endodontia I*
Endodontia III	*Endodontia II*
Dentisteria II	*Dentisteria I*
Ortodontia II	*Ortodontia I*
Periodontia II	*Periodontia I*
Odontopediatria II	*Odontopediatria I*
Odontopediatria II *Cirurgia Oral II*	*Cirurgia Oral e Anestesiologia*
Odontopediatria II *Cirurgia Oral II* *Prótese Removível II*	*Terapêutica Odontológica* *Dentisteria I* *Endodontia II* *Cirurgia Oral e Anestesiologia* *Prótese Removível I*
Prótese Fixa II	*Prótese Fixa I*
UC do 5º Ano	***UC do 4º Ano***
Clínica Odontológica Integrada em Adultos	*Dentisteria II*
Clínica Odontológica Integrada em Adultos *Clínica Odontológica Integrada em Crianças*	*Endodontia III*
Clínica Odontológica Integrada em Adultos *Clínica Odontológica Integrada em Crianças* *Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial I*	*Odontopediatria II* *Cirurgia Oral II* *Prótese Removível II* *Prótese Fixa II* *Dentisteria II* *Endodontia III*
Clínica Odontológica Integrada em Crianças *Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial I*	*Odontopediatria II* *Cirurgia Oral II* *Prótese Removível II* *Prótese Fixa II* *Cirurgia Oral II*
UC do 5º Ano, 2º Semestre	***UC do 5º Ano, 1º Semestre***
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial II	*Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial I*

3. O Estudante que não tenha transitado de ano curricular inscreve-se e frequenta apenas as UC em que não obteve aproveitamento positivo.
4. Os emolumentos relativos a esta modalidade de frequência constam do Regulamento Financeiro.

Artigo 61º

(Quadro de honra para estudantes de mérito)

1. O estudante com média anual mínima de Bom com Distinção terá o direito a figurar no quadro de honra.
2. A estrutura, forma e outras regras para o funcionamento dos quadros de honra serão definidas em regulamento próprio.

Artigo 62º

(Conclusão da licenciatura e nota final do curso)

1. Para a conclusão da licenciatura o estudante deve ter concluído:
   a) Todas as UC que integram o Plano de Estudos do curso;
   b) O Trabalho de Fim de Curso (TFC) sob a forma de Monografia ou a modalidade de término do curso em vigor.
2. A Nota final do curso (NFC) resulta da aplicação da fórmula seguinte:

$$NFC = (0{,}80 \times MC) + (0{,}20 \times TFC)$$

NFC = Nota Final do Curso (Média ponderada da Média Curricular (80%) e da Nota do TFC (20%)

MC = Média Curricular (Média aritmética ponderada das classificações finais da totalidade das UC que integram o plano de estudos do curso, usando as respectivas Unidades de Crédito como factor de ponderação).

$$MC = \frac{(UCu_1 x UCr) + (UCu_2 x UCr) + (UCu_3 x UCr) + (UCu_n x UCr)}{\text{Total UCr}}$$

UCu_1 = UC 1 multiplicar por UCr = Unidades de Crédito desta UC

Total UCr = Somatório das Unidades de Crédito

A percentagem do TFC pode eventualmente ser aumentada para os casos e modalidades diferentes de monografia (caso da **ProFIM** – Prova Final de Medicina, do **RREPS** - Relatório Reflexivo sobre o Estágio Profissional Supervisionado, no curso de Ensino do Português e Línguas Nacionais e do **TS** – Tribunal Simulado, no curso de Direito.

Assim:

I - No curso de Ensino do Português e Línguas Nacionais

NFC = (0,70 x MC) + (0,30 x **RREPS**)

II – No curso de medicina

NFC = (0,70 x MC) + (0,30 x **ProFiM**)

III – No curso de Direito

NFC = (0,70 x MC) + (0,30 x **TS**)

3. O TFC deve ser concluído até ao final do último ano do curso.
4. O estudante não pode ser submetido à defesa do TFC com alguma UC em atraso.
5. Os estudantes que, terminado o prazo, não concluam o TFC (i.e, defesa pública) transitam com o processo para o Ano Académico seguinte e, obrigam-se a cumprir o disposto no Regulamento Académico, no Regulamento Financeiro e no Regulamento para a elaboração do TFC.
6. Constitui excepção ao estabelecido no número anterior o caso dos estudantes que tenham entregado a 1.ª via do TFC e que, por razões académicas, não possam ser submetidos à defesa pública do TFC.
7. As demais situações relativas ao processo de elaboração e tramitação dos TFC estão previstas no Regulamento para a elaboração do TFC.
8. As modalidades especiais de término do curso, nomeadamente a Prova Final de Medicina (**ProFIM**), o Relatório Reflexivo sobre o Estágio Profissional Supervisionado (**RREPS**) no curso de Ensino do Português e Línguas Nacionais e o Tribunal Simulado (**TS**) no curso de Direito, são reguladas por diplomas próprios, aprovados e divulgados pela Universidade.

CAPÍTULO V

REGIME DE TRANSFERÊNCIAS E MUDANÇA DE CURSO

Artigo 63.º

(Prazos e Decisão)

1. A transferência ou a mudança de curso ou opção deverão obedecer aos prazos estabelecidos no Calendário do Ano Académico referentes ao período para as renovações de matrícula.
2. Após despacho positivo deverá ser efectuada a matrícula no 1.º ano e requerer, no prazo de 7 (sete) dias a atribuição de equivalências às UC concluídas no curso anterior.
3. Da análise do processo de atribuição de equivalências resultará a decisão sobre o ano curricular em que o estudante ficará matriculado.
4. A decisão sobre os pedidos de transferência, mudança de curso ou opção de uma Unidade Orgânica para outra é da competência do Reitor, ouvida a Direcção da respectiva Unidade Orgânica.
5. A decisão sobre os pedidos de mudança de curso ou opção na mesma Unidade Orgânica é da competência do titular da Unidade Orgânica, ouvida a respectiva coordenação do curso.

Artigo 64.º

(Especificidades do regime de transferência para o curso de medicina)

1. Para o curso de medicina, o ingresso por transferência só é permitido aos estudantes que tenham terminado o 2.º ano, sem UC em atraso ou que frequentem o ciclo clínico (3º, 4º, 5º e 6º ano), do curso de medicina de outras Instituições de Ensino Superior.
2. Para efeitos do número anterior compete, ao Reitor, a decisão, com base no parecer técnico da Coordenação do Curso.
3. O parecer técnico da Coordenação do Curso incidirá sobre a existência de vaga, a atribuição de equivalência e a indicação do ano em que o candidato se matriculará, bem como outros aspectos que se considerem relevantes para a definição da posição do candidato no plano curricular do curso de medicina da UNIPIAGET.

CAPÍTULO VI

EQUIVALÊNCIA DE HABILITAÇÕES E

INTEGRAÇÃO CURRICULAR NA UNIPIAGET

SECÇÃO I

(Equivalência de habilitações adquiridas no estrangeiro e em instituição de ensino superior nacional)

Artigo 65.º
(Âmbito)

1. É dada equivalência de habilitações de nível superior às correspondentes habilitações académicas estrangeiras e nacionais podendo requerer equivalência nos termos deste diploma tanto cidadãos angolanos, como cidadãos estrangeiros.
2. Pode ser declarada a equivalência de UC de cursos superiores ministrados no estrangeiro e em estabelecimentos de ensino superior nacionais às correspondentes UC de cursos superiores da UNIPIAGET.
3. Em caso de existirem acordos entre o Estado Angolano com um Estado estrangeiro, entre a UNIPIAGET e Universidades estrangeiras ou nacionais, em matérias de equivalência, o reconhecimento das habilitações requeridas é automático. Neste caso é emitida a requerida declaração de reconhecimento de habilitações que é assinada pelo Reitor.
4. A equivalência de habilitações adquiridas no estrangeiro e em instituição de ensino superior nacional é dada apenas para efeito de continuidade de estudos na UNIPIAGET.
5. O reconhecimento de habilitações adquiridas no estrangeiro e em instituição de ensino superior nacional, para efeitos de exercício de profissão, é da competência do órgão de tutela do Subsistema de Ensino Superior.

Artigo 66º

(Traduções)

1. Para a introdução dos processos de equivalência de habilitações adquiridas no estrangeiro deve ser exigida a tradução de documentos e trabalhos cujos originais não se encontrem em língua portuguesa, o que não dispensa a apresentação do original.
2. A tradução deve ser homologada pelos órgãos competentes (Embaixada, Serviços Consulares ou Ministério das Relações Exteriores).

Artigo 67º

(Competência para a atribuição de equivalência)

1. A atribuição de equivalência de habilitações adquiridas no estrangeiro é da competência do Reitor, ouvido o Conselho Científico da Unidade Orgânica.
2. A atribuição de equivalência de habilitações adquiridas em instituição de ensino superior nacional é da competência do Decano, ouvido o Conselho Científico da Unidade Orgânica onde é ministrado o curso ou formação afim.

Artigo 68º

(Requerimento de pedido de equivalência)

A equivalência é requerida ao Reitor, em modelo próprio.

Artigo 69º

(Documentos para a instrução do pedido)

O requerimento será instruído com os seguintes documentos:

a) Diploma, certificado, declaração de notas, conforme o caso, com a indicação da respectiva classificação;

b) Plano de estudos;

c) Programa/plano da UC correspondentes ao Ano Académico em que foi obtida a aprovação e respectiva carga horária ou unidades de crédito da UC.

Artigo 70.º

(Resultado da avaliação do pedido de equivalências)

1. O resultado da avaliação do pedido de equivalências é vertido num Termo de Equivalências que é remetido ao Reitor, pelo Decano da Unidade Orgânica, para homologação.
2. O Termo de Equivalências tem que fazer menção obrigatória da reunião do Conselho Científico, em que foi analisado e aprovado, e indicar as UC convalidadas e a respectiva nota.
3. Após homologação do Termo de Equivalências, pelo Reitor, os Serviços Académicos:
   a) Actualizam o termo de frequência do estudante no sistema de gestão académica;
   b) Notificam o estudante requerente, a quem é entregue uma cópia do Termo de Equivalência, após pagamento dos emolumentos correspondentes;
   c) Arquivam o Termo de Equivalências no processo do estudante.

Artigo 71º

(Recurso de decisão negativa)

1. Da decisão que rejeita a equivalência de habilitações adquiridas no estrangeiro cabe recurso, a interpor para o Reitor da Universidade, no prazo de quinze dias a contar da data em que o requerente dela haja sido notificado.
2. Da decisão que rejeita a equivalência de habilitações adquiridas em instituições de ensino superior nacionais cabe recurso, a interpor para o Decano da Unidade Orgânica, no prazo de quinze dias a contar da data em que o requerente dela haja sido notificado.

Artigo 72º

(Aplicação de regras quanto à matrícula e inscrição aos estudantes que solicitem equivalência)

As decisões proferidas, relativamente à equivalência de UC de habilitações adquiridas no estrangeiro e em instituições de ensino superior nacionais, não excluem a aplicabilidade das regras legais em vigor quanto à inscrição, candidatura e matrícula na UNIPIAGET.

SECÇÃO II

Integração curricular

Artigo 73 º

(Definição e competência para elaboração do estudo de integração curricular)

1. A integração curricular é o estudo de ajustamento curricular obrigatório para os estudantes que solicitem equivalência para a continuação de estudos, transferências, mudança de curso e ou ramo.
2. A integração curricular dos estudantes é da competência do Conselho Científico da Unidade Orgânica e é concretizada mediante acto administrativo próprio.

Artigo 74.º

(Prazo limite para ser requerida a integração curricular)

A integração curricular deve ser requerida no acto da matrícula e é feita em modelo próprio.

CAPÍTULO VII

Direitos e deveres do Corpo Discente e Regime Disciplinar

SECÇÃO I

Direitos e Deveres dos Estudantes

Artigo 75.º
(Direitos)

O estudante tem os seguintes direitos:

a) Frequentar as aulas, bem como usufruir dos meios de ensino e de investigação;

b) Ter um coordenador de curso que o acompanhará e velará pelo cumprimento rigoroso do presente regulamento e servirá de elo de ligação com as estruturas de direcção da UNIPIAGET;

c) Usufruir dos serviços prestados pelas estruturas sociais da instituição;

d) Possuir um cartão que o identifique como estudante da UNIPIAGET, a adquirir na sede da Associação de Estudantes;

e) Reclamar e recorrer, perante as estruturas competentes, de qualquer acto lesivo dos seus interesses;

f) Fazer pedido de revisão de prova escrita do exame final duma UC quando não concordar com a nota que lhe for atribuída.

Artigo 76.º
(Deveres)

O estudante tem os seguintes deveres:

a) Dedicar todo o seu esforço e aptidão ao bom aproveitamento académico;

b) Respeitar e observar os regulamentos em vigor na UNIPIAGET;

c) Respeitar as autoridades académicas, os docentes, os trabalhadores não-docentes e os colegas;

d) Obedecer às orientações superiormente emanadas;

e) Respeitar e conservar os bens patrimoniais da Universidade;

f) Cumprir com as obrigações financeiras;

g) Usar o cartão de estudante de forma visível durante toda a permanência no Campus Universitário.

SECÇÃO II

Regime Disciplinar

Artigo 77.º
(Procedimento Disciplinar)

1. Qualquer violação às normas vigentes na UNIPIAGET deve ser objecto de informação circunstanciada, por quem, no exercício das suas funções, a verificar.
2. Compete ao Reitor mandar instaurar o processo disciplinar.
3. O procedimento disciplinar será organizado e conduzido de modo simples, eficaz e célere implicando contudo, obrigatoriamente e em todos os casos, a audição do estudante implicado.

Artigo 78.º
(Regulamento Disciplinar)

Todas as questões relacionadas com o processo disciplinar encontram-se reguladas em diploma próprio.

CAPÍTULO VIII

Requerimentos para Exames, Declarações, Diplomas

SECÇÃO I

Requerimentos

Artigo 79.º
(Procedimentos administrativos)

1. Todos os procedimentos administrativos referentes aos actos académicos estão sujeitos a requerimentos próprios.

2. Os requerimentos, exposições e reclamações relativas aos assuntos académicos são dirigidos ao titular da Unidade Orgânica ou ao Reitor, conforme os casos e entregues, contra recibo, nos serviços académicos.

3. A notificação relativa ao despacho que recaiu sobre os mesmos é efectuada, em regra, dentro dos oito dias seguintes ao da entrega do requerimento, salvo casos especiais.

Artigo 80.º

(Assinatura de documentos)

1. O diploma e o certificado são assinados pelo Reitor e Vice-Reitor para os Assuntos Académicos.

2. As declarações de frequência e as declarações com notas são assinadas pelo Director dos Serviços Académicos.

3. Todos os assinantes deverão estar devidamente credenciados junto do Órgão de Tutela.

Artigo 81.º

(Arquivo de Processos)

1. A gestão do arquivo na UNIPIAGET obedece ao estabelecido na Lei nº 14/7, de 07 de Agosto, Lei Geral dos Arquivos.

2. Nos termos do Art. 12.º, os arquivos classificam-se quanto ao seu ciclo vital ou às diferentes fases porque passam, do ponto de vista da sua administração e seu uso, desde o momento da sua produção até à sua eliminação ou guarda permanente em:

   a) Arquivos correntes, o conjunto de documentos estreitamente vinculados aos fins imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de actividades-fim e actividades-meio e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão da sua vigência e da frequência com que são consultados por eles;

   b) Arquivos intermédios, o conjunto de documentos originários de uma unidade de arquivo corrente, com pouca frequência de uso, que guardam utilidade final em depósitos de armazenamento temporário, podendo ou não rem consultados, de acordo com interesse da instituição;

c) Arquivos definitivos, permanentes ou históricos, o conjunto de documentos preservados com caracter definitivo em função de seu valor administrativo, fiscal, histórico, testemunhal, legal, probatório e cientifico-cultural.

3. Os processos individuais dos estudantes são conservados nos Serviços Académicos durante um ciclo de formação, correspondendo, em média, a 5 (cinco) anos (arquivo corrente).
4. As provas de avaliação ficam em arquivo durante 2 (dois) anos após a sua realização (arquivo corrente).
5. Após o término dos prazos estabelecidos nos números anteriores:
   a) Os processos dos estudantes transitam para um depósito temporário, na condição de arquivo intermédio, por um período de 3 (três) anos, após o que serão transladados para um depósito permanente, na condição de arquivo definitivo.
   b) As provas de avaliação serão eliminadas observando as boas práticas de conservação do ambiente.
6. Os processos dos estudantes devem ser digitalizados antes da sua transladação para o depósito permanente.

SECÇÃO II

Emolumentos

Artigo 82º

(Pagamento de taxas e emolumentos)

1. Pelos actos administrativos e académicos são devidas taxas e emolumentos.
2. As taxas e emolumentos a que estão sujeitos os actos a praticar na UNIPIAGET estão fixados e regulados no Regulamento Financeiro.

CAPÍTULO IX

(Disposições Finais e Transitórias)

Artigo 83º

(Regulamentos específicos)

As Unidades Orgânicas devem elaborar e submeter, à aprovação do Conselho de Direcção, os regulamentos específicos de avaliação nos termos do presente Regulamento Académico.

Artigo 84º

(Revisão do Regulamento)

1. O Regulamento Académico pode ser revisto no início de cada Ano Académico.
2. O processo de revisão decorre no Conselho de Direcção Alargado, órgão colegial de consulta do Reitor, que integra os Decanos, Coordenadores de Curso, Directores de Área e outras estruturas académicas, onde são analisadas e discutidas em detalhe as propostas de alteração.
3. As alterações resultantes desse processo são remetidas ao Senado da Universidade, a quem compete a sua aprovação, nos termos do artigo 34.º do Estatuto da Universidade.

Artigo 85º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento Académico entra em vigor no Ano Académico 2025 – 2026, após aprovação pelo Senado.

∞ ∞ ∞

REGULAMENTO DOS RESPONSÁVEIS DAS UNIDADES CURRICULARES

Preâmbulo

Este Regulamento é um suplemento do Regulamento Académico da UNIPIAGET e tem como objecto a definição das competências e obrigações dos Responsáveis das UC, doravante designados como **Regentes**.

Artigo 1.º
(Âmbito Objectivo)

1. O presente Regulamento aplica-se a todos os Cursos conferentes de grau, licenciatura e Mestrado, ministrados pela Universidade Jean Piaget de Angola.

2. O Conselho Científico pode, por deliberação, determinar a aplicação do presente Regulamento a outros cursos ministrados pela Universidade Jean Piaget de Angola.

Artigo 2.º
(Âmbito Subjectivo)

As disposições do presente Regulamento abrangem todos os docentes, seja qual for o vínculo jurídico com a UNIPIAGET.

Artigo 3.º
(Definição)

O Regente é o responsável, em sintonia com os serviços administrativos da UNIPIAGET, pela organização dos recursos humanos e materiais ao nível da UC, visando assegurar a leccionação e o cumprimento das normas administrativas, pedagógicas e científicas.

Artigo 4.º
(Natureza)

O Regente integra a estrutura da Área Científica e está sob a dependência hierárquica do Coordenador do Curso.

Artigo 5.º

(Aprovação)

O Conselho Científico da Faculdade aprova a nomeação dos Regentes das respectivas UC, sob proposta fundamentada do Decano da Faculdade, coadjuvado pelo coordenador do Curso.

Artigo 6.º

(Regente da UC)

1. Cada uma das UC terá apenas um Regente.

3. O Regente da UC terá as seguintes competências:
   a) Assegurar a leccionação do programa da UC, acompanhando os docentes na sua actividade pedagógica, nomeadamente, através dos sumários, comunicações internas e reuniões de trabalho;
   b) Assegurar a realização dos momentos de avaliação, de acordo com o modelo definido para a UC, nomeadamente, assegurar a ligação com a estrutura administrativa da Universidade;
   c) Assegurar a uniformidade de critérios de avaliação de acordo com as Normas de Avaliação de Conhecimentos em vigor;
   d) Assegurar a coordenação e harmonização dos resultados dos momentos de avaliação, antes da publicitação dos mesmos.

Artigo 7.º

(Regime de Exercício)

1. Em UC transversais, o Regente é o responsável último pela sua coordenação, organização científica e pedagógica.

2. Os docentes responsáveis pela leccionação das UC a que se refere o ponto anterior, devem exercer esta função em articulação com o respectivo regente.

Artigo 8.º

(Critérios de Designação)

A designação do Regente de UC recai sobre:

a) O docente que cumulativamente tiver a titulação mais elevada e a maior experiência no exercício do serviço docente;
b) O Docente que o Coordenador da Área Científica considere ter curriculum e qualificações adequadas para concretizar o seu projecto pedagógico e científico.

Artigo 9.º

(Momento da Designação)

A proposta de designação dos Regentes deverá ser apresentada ao Conselho Científico em conjunto com a proposta de distribuição do serviço docente para a Área Científica e aprovada com esta.

Artigo 10.º

(Revisão e Alteração do presente Regulamento)

O presente Regulamento poderá ser alvo de revisão a todo o tempo, mas as alterações normativas apenas terão efeito no Ano Académico subsequente, salvo deliberação expressa para aplicação com efeitos imediatos, aprovada por um mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Científico.

ANEXO

Regime de avaliação de cursos. Indicação da modalidade de avaliação para cada UC, nos termos do n.º 6 do Artigo 38º.

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENSINO DO PORTUGUÊS E LÍNGUAS NACIONAIS			
1º Ano			1º Semestre
Unidades Curriculares		REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Evolução Antropossociológica	X	X
2	Introdução aos Estudos Linguísticos I	X	X
3	Introdução aos Estudos Literários I	X	X
4	Latim I	X	X
5	Língua Nacional I (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)	X	X
6	Língua Portuguesa I	X	X
7	Metodologia do Trabalho Científico	X	
1º Ano			2º Semestre
Unidades Curriculares		REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Introdução aos Estudos Linguísticos II	X	X
2	Introdução aos Estudos Literários II	X	X
3	Latim II	X	X
4	Língua Portuguesa II	X	X
5	Linguística Africana	X	X
6	Filosofia da Educação	X	X
7	Língua Nacional II (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)	X	X

2º ANO			1º Semestre
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame100%
1	Fonologia e Morfologia das Línguas Nacionais I	X	X
2	Fonologia e Morfologia do Português I	X	X
3	Teoria Geral da Comunicação e Epistemologia	X	X
4	Língua Portuguesa III	X	X
5	Pedagogia e Didáctica Geral I	X	
6	Língua Nacional III (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)	X	X
7	Psicologia do Desenvolvimento e de Aprendizagem I	X	X

2º Ano			2º Semestre
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Teoria da Literatura	X	X
2	Fonologia e Morfologia das Línguas Nacionais II	X	X
3	Fonologia e Morfologia do Português II	X	X
4	Língua Portuguesa IV	X	X
5	Pedagogia e Didáctica Geral II	X	
6	Literaturas Orais Africanas	X	X
7	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem II		

3º Ano			1º Semestre
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Didáctica das Línguas Nacionais I	X	
2	Didáctica do Português I	X	
3	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	X	X
4	Literatura Portuguesa	X	X
5	Sintaxe e Semântica das Línguas Nacionais I (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)	X	X
6	Sintaxe e Semântica do Português I	X	X
7	História da Língua I	X	X

3º Ano			2º Semestre
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Didáctica do Português II	X	
2	Literatura Angolana	X	X
3	Literatura Brasileira	X	X
4	História da Língua II	X	X
5	Didáctica das Línguas Nacionais II	X	
6	Sintaxe e Semântica das Línguas Nacionais II (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)	X	X
7	Sintaxe e Semântica do Português II	X	X

4º Ano		1º Semestre	
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Estudo Contrastivo LP/LN	X	X
2	Etnolinguística	X	X
3	Projecto Sócio Profissional	X	
4	*Teoria do Desenvolvimento Curricular*	X	X
5	Estágio e Práticas Pedagógicas I	X	
6	Ética e Deontologia Profissional	X	X

4º Ano		2º Semestre	
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Estágio e Práticas Pedagógicas II	X	
2	Seminários	X	
3	Elaboração e Defesa do TFC	X	X
4	Humanidade e o Futuro	X	X

Legenda:

Frequência	Exame 100%	
X		Obrigatória a Frequência, não pode inscrever-se a Exame a 100%
X	X	Opcional. Pode inscrever-se para frequência OU para Exame a 100%

OBS:

Avaliação por Frequência - art.º 39 ponto 2. alíneas a), b) e c) do presente regulamento.

TABELA DE PRECEDÊNCIAS DO CURSO DE ENSINO DO PORTUGUÊS E LÍNGUAS NACIONAIS	
Para frequentar	**Depende da Aprovação em**
Estágio e Práticas Pedagógicas I **4º Ano – 1º Semestre**	**1º Ano – 1º Semestre**
	Língua Portuguesa I
	Língua Nacional I (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)
	1º Ano – 2º Semestre
	Língua Portuguesa II
	Língua Nacional II (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)
	2º Ano – 1º Semestre
	Língua Portuguesa III
	Língua Nacional III (opções: Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Kikongo)
	Pedagogia e Didáctica Geral I
	2º Ano – 2º Semestre
	Língua Portuguesa IV
	Pedagogia e Didáctica Geral II
	3º Ano – 1º Semestre
	Didáctica do Português I
	Didáctica das Línguas Nacionais I
	3º Ano – 2º Semestre
	Didáctica do Português II
	Didáctica das Línguas Nacionais II
Estágio e Práticas Pedagógicas II **4º Ano – 2º Semestre**	**4º Ano – 1º Semestre**
	Estágio e Práticas Pedagógicas I

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS			
1º Ano			**Anuais**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Análise Matemática	x	
2	Física Geral	x	
3	Bioestatística	x	
1º Ano			**1º Semestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Língua Portuguesa	X	X
2	Informática	x	
3	Filosofia e Epistemologia das Ciências da Saúde	X	X
4	Química Geral	x	
1º Ano			**2º Semestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Biologia Celular e Molecular	X	
2	Química Inorgânica Farmacêutica	X	
3	Botânica Farmacêutica	X	
4	História e Sociologia da Farmácia	X	X
2º Ano			**Anuais**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Química-Física	X	
2	Química Orgânica I	X	
3	Tecnologia Farmacêutica I	X	
2º Ano			**1ºSemestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
4	Anatomia Humana	X	
5	Farmacognosia	X	
6	Língua Inglesa	X	X
7	Métodos de Análise Instrumental I	X	
2º Ano			**2ºSemestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
8	Bioquímica Geral	X	
9	Fisiologia Humana	X	X
10	Métodos de Análise Instrumental II	X	
11	Histologia	X	
12	Trabalho de Campo em Plantas Medicinais	X	

3º Ano		Anuais	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Farmacologia	X	
2	Tecnologia Farmacêutica II	X	

3º Ano		1º Semestre	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
3	Dermofarmácia e Cosmética	X	X
4	Farmacocinética	X	
5	Microbiologia Farmacêutica	X	
6	Química Orgânica II	X	

3º Ano		2º Semestre	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
7	Biofarmácia	X	X
8	Bioquímica Clínica	X	
9	Fisiopatologia Humana	X	X
10	Imunologia	X	X
11	Estágio em Laboratórios Galénicos	X	

4º Ano		Anuais	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Controlo de Qualidade dos Medicamentos	X	
2	Química Farmacêutica	X	
3	Metodologia de Investigação Científica	X	

4º Ano		1ºSemestre	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
4	Farmacologia Clínica	X	
5	Farmácia Comunitária	X	X
6	Farmácia Homeopática	X	X
7	Organização e Gestão Farmacêutica	X	X

4º Ano		2ºSemestre	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
8	Toxicologia Farmacêutica	X	
9	Farmácia Hospitalar	X	X
10	Cuidados Primários de Saúde	X	X
11	Nutrição e Dietética	X	X
12	Estágio em Farmácias Hospitalar / Comunitária	X	

5º Ano		1ºSemestre	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
1	Higiene e Saúde Pública	X	X
2	Sistemas de Gestão da Qualidade	X	X
3	Deontologia e Legislação Farmacêutica	X	X
4	Biotecnologia Industrial Farmacêutica	X	X
5	Hidrologia Farmacêutica	X	X
5º Ano		2ºSemestre	
	Unidades Curriculares	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
6	Estágio nos Laboratórios Farmacêuticos e Relatório Final	X	

Legenda:

Frequência	Exame 100%	
X		Obrigatória a Frequência, não pode inscrever-se a Exame a 100%
X	X	Opcional. Pode inscrever-se para frequência OU para Exame a 100%

OBS:

Avaliação por Frequência - art.º 39 ponto 2. alíneas a), b) e c) do presente regulamento.

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM			
1º Ano			**1º Semestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Biologia Humana e Genética	x	x
2	Anatomofisiologia I	x	x
3	Epistemologia da Enfermagem	x	x
4	Língua Portuguesa	x	x
5	Primeiros Socorros e Reanimação	x	x
6	Introdução à Metodologia de Investigação	x	x
7	Microbiologia e Parasitologia	x	x
8	Fundamentos de Enfermagem I	x	
9	Ética e Deontologia em Enfermagem	x	x
1º Ano			**2º Semestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
10	Anatomofisiologia II	x	x
11	Fundamentos de Enfermagem II	x	
12	Histologia e Embriologia	x	x
13	Probabilidades e Estatística	x	x
14	Língua Inglesa	x	x
15	Informática Aplicada à Saúde	x	x
16	Bioquímica e Biofísica	x	x
17	Psicologia do Desenvolvimento: Epigénese e Ciclos de Vida	x	x
18	Antropossociologia e Trabalho de Campo	x	x
2º Ano			**1º Semestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Patologia Geral	x	x
2	Nutrição e Dietoterapia	x	x
3	Fundamentos de Enfermagem III	x	
5	Farmacologia e Farmacoterapia	x	x
6	Enfermagem Geriátrica	x	x
7	Cuidados Paliativos	x	x
8	**Ensino Clínico 1**- Fundamentos de Enfermagem I	x	
9	**Ensino Clínico 2**- Fundamentos de Enfermagem II	x	
2º Ano			**2ºSemestre**
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
10	Enfermagem dos Cuidados Primários nos Ciclos de Vida	x	x
11	Infecciologia	x	x
12	Demografia e Epidemiologia	x	x
13	Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Especialidades I	x	x
14	**Ensino Clínico 3**- Cuidados de Saúde Primários I	x	
15	**Ensino Clínico 4**- Cuidados de Saúde Primários II	x	

3º Ano		1º Semestre	
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Especialidades II	x	x
2	Enfermagem da Saúde Materna, Obstétrica e Ginecológica	x	
3	Psicossociologia Clínica e Dinâmica de Grupo	x	x
4	Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiátrica	x	x
5	Enfermagem Pediátrica	x	x
6	**Ensino Clínico 5** – Enfermagem Médico Cirúrgica e de Especialidades I	x	

3º Ano		2ºSemestre	
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
7	**Ensino Clínico 6** - Enfermagem Médico Cirúrgica e de Especialidades II	x	
8	**Ensino Clínico 7**: Enfermagem em Saúde Materna	x	
9	**Ensino Clínico 8** – Enfermagem Pediátrica	x	
10	**Ensino Clínico 9** – Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica	x	
11	**Ensino Clínico 10** – Estágio Curricular I	x	

4º Ano		1ºSemestre	
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
1	Pedagogia da Saúde e Relações-Públicas	x	x
2	Gestão e Economia da Saúde	x	x
3	Metodologia de Investigação Científica	x	x
4	**Ensino Clínico 11** - Administração de Serviços de Saúde	x	
5	**Ensino Clínico 12** – Pedagogia e Didáctica	x	
6	Monografia	x	

4º Ano		2ºSemestre	
	Unidades Curriculares	**REGIME DE AVALIAÇÃO por:**	
		Frequência	**Exame 100%**
7	**Ensino Clínico 13** – Estágio Curricular II	x	

OBS:

Avaliação por Frequência - art.º 39 ponto 2. alíneas a), b) e c) do presente regulamento.

Com excepção dos ensinos Clínicos (ensino em contexto de trabalho), que terão de ser sempre em presença física, só podem fazer exame a 100% nas UC assinaladas com avaliação por frequência os estudantes que já tenham frequentado essas unidades, ou seja, só os estudantes repetentes.

TABELA DE PRECEDÊNCIAS DE ENFERMAGEM		
Para frequentar	**Depende da Aprovação em**	
2º Ano – 1º Semestre	**1º Ano – 1º Semestre**	**1º Ano – 2º Semestre**
Ensino Clínico 1 Ensino Clínico 2	Fundamentos de Enfermagem I	Fundamentos de Enfermagem II
2º Ano – 2º Semestre	**2º Ano – 1º Semestre**	
Ensino Clínico 3 Ensino Clínico 4	Ensino Clínico 1	
	Ensino Clínico 2	
	Fundamentos de Enfermagem III	
3º Ano – 1º Semestre	**2º Ano – 2º Semestre**	
Ensino Clínico 5	Enfermagem Médico- Cirúrgica e de Especialidade I	
	Enfermagem dos Cuidados Primários nos Ciclos de Vida	
	Ensino Clínico 3	
	Ensino Clínico 4	
3º Ano – 2º Semestre	**3º Ano – 1º Semestre**	
Ensino Clínico 6	Enfermagem Médico- Cirúrgica e de Especialidade II	
	Ensino Clínico 5	
Ensino Clínico 7	Enfermagem Médico- Cirúrgica e de Especialidade II	
	Ensino Clínico 5	
	Enfermagem da Saúde Materna, Obstétrica e Ginecologia	
Ensino Clínico 8	Enfermagem Médico- Cirúrgica e de Especialidade II	
	Enfermagem da Saúde Materna, Obstétrica e Ginecologia	
	Enfermagem Pediátrica	
	Ensino Clínico 5	
Ensino Clínico 9	Enfermagem Médico- Cirúrgica e de Especialidade II	
	Enfermagem da Saúde Materna, Obstétrica e Ginecologia	
	Enfermagem da Saúde Mental e Psiquiátrica	
	Ensino Clínico 5	
Ensino Clínico 10	Enfermagem Médico- Cirúrgica e de Especialidade II	
	Enfermagem da Saúde Materna, Obstétrica e Ginecologia	
	Enfermagem Pediátrica	
	Enfermagem da Saúde Mental e Psiquiátrica	
	Ensino Clínico 5	
4º Ano – 1º Semestre	**3º Ano – 2º Semestre**	
Ensino Clínico 11 Ensino Clínico 12	Ensino Clínico 6	
	Ensino Clínico 7	
	Ensino Clínico 8	
	Ensino Clínico 9	
	Ensino Clínico 10	
4º Ano – 2º Semestre	**4º Ano – 1º Semestre**	
Ensino Clínico 13	Pedagogia da Saúde e Relações Públicas	
	Gestão e Economia da Saúde	
	Ensino Clínico 11	
	Ensino Clínico 12	

REGIME DE AVALIAÇÃO
DO CURSO DE ENGENHARIA INFORMÁTICA DE GESTÃO

1º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Análise Matemática I	X	X
2	Física Geral	X	
3	Desenho Técnico e CAD	X	
4	Computação Científica	X	
5	Inglês Técnico	X	X
Disciplinas do 1º Semestre			
6	Álgebra Linear	X	X
7	Química	X	
8	Evolução Antropológica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico	X	X
Disciplinas do 2º Semestre			
9	Epistemologia e Filosofia das Ciências e Tecnologias	X	X
10	Geometria Analítica	X	X

2º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Análise Matemática II	X	X
2	Arquitectura dos Computadores	X	X
3	Electrónica	X	
4	Programação I	X	
Disciplinas do 1º Semestre			
5	Introdução ao Estudo do Direito	X	X
6	Métodos Numéricos	X	X
7	Sistemas Operativos	X	X
8	Ciências dos Materiais	X	X

Disciplinas do 2º Semestre			
9	Introdução à Gestão	X	X
10	Direito Comercial	X	X
11	Probabilidades e Estatística	X	X
12	Sistemas Digitais	X	

3º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Contabilidade Geral	X	X
2	Fundamentos de Base de Dados	X	
3	Metodologia de Pesquisa e Projecto	X	
4	Microprocessadores	X	X
5	Programação II	X	
Disciplinas do 1º Semestre			
6	Fundamentos de Telecomunicações	X	X
7	Gestão de Empresas	X	X
Disciplinas do 2º Semestre			
8	Marketing	X	X
9	Gestão de Recursos Humanos	X	X

4º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Automação Industrial	X	
2	Contabilidade Analítica	X	X
3	Economia e Gestão da Produção	X	X
4	Gestão Financeira	X	X
5	Sistemas de Informação	X	
Disciplinas do 1º Semestre			
6	Fiscalidade	X	X
7	Redes de Computadores e Telecomunicações	X	X

Disciplinas do 2º Semestre			
8	Infra - Estruturas de Informática e Telecomunicações	X	X

5º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas do 1º Semestre			
1	Engenharia de Software e Qualidade	X	X
2	Introdução à Inteligência Artificial	X	X
3	Ética e Deontologia Profissional	X	X
4	Estudo e Avaliação de Impacte Ambiental	X	X
5	Métodos de Previsão Económica	X	X
6	Segurança e Auditoria Informática	X	X
7	Processamento Digital e Imagem	X	X
Disciplinas do 2º Semestre			
8	Estágio e Projecto Final	X	

Legenda:

Frequência	Exame 100%	
X		Obrigatória a Frequência, não pode inscrever-se a Exame a 100%
X	X	Opcional. Pode inscrever-se para frequência OU para Exame a 100%

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA ELECTROMECÂNICA

1º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Análise Matemática I	X	X
2	Física Geral	X	
3	Desenho Técnico e CAD	X	
4	Computação Científica	X	
5	Química Geral	X	
6	Inglês Técnico	X	X

Disciplinas do 1º Semestre			
7	Álgebra Linear	X	X
8	Evolução Antropológica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico	X	X
Disciplinas do 2º Semestre			
9	Epistemologia e Filosofia das Ciências e Tecnologias	X	X
10	Geometria Analítica	X	X

2º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Análise Matemática II	X	X
2	Electrotecnia Geral	X	
3	Mecânica dos Fluídos	X	X
4	Sinais e Sistemas	X	X
Disciplinas do 1º Semestre			
5	Mecânica Geral e Aplicada	X	X
6	Métodos Numéricos	X	X
7	Ciências do Materiais	X	X
8	Electromagnetismo	X	
9	Circuitos Eléctricos	X	
10	Probabilidades e Estatística	X	X
11	Termodinâmica Aplicada	X	X

3º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Máquinas Eléctricas	X	
2	Metodologia de Pesquisa e Projecto	X	
3	Processos Tecnológicos	X	X
4	Electrónica	X	

Disciplinas do 1º Semestre			
5	Resistência dos Materiais	X	X
6	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	X	
7	Máquinas Alternativas	X	X
Disciplinas do 2º Semestre			
8	Comandos e Protecção de Sistemas Eléctricos	X	
9	Sistemas Digitais	X	
10	Manutenção Geral	X	X

4º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas Anuais			
1	Automação Industrial e Robótica	X	
2	Instalações Mecânicas	X	X
3	Telecomunicações e Transmissão de Informação	X	X
Disciplinas do 1º Semestre			
4	Electrónica de Potência	X	X
5	Sistemas de Informação Fabril	X	X
6	Instalações Eléctricas	X	X
Disciplinas do 2º Semestre			
7	Redes e Gestão de Energia	X	X
8	CAM (Fabrico Assistido por Computador)	X	
9	Controlo e Garantia de Qualidade	X	X
10	Projecto Prático	X	

5º Ano			
Nº	Disciplinas	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame 100 %
Disciplinas do 1º Semestre			
1	Economia Industrial	X	X
2	Ética e Deontologia Profissional	X	X
3	Estudo e Avaliação de Impacto Ambiental	X	X
4	Organização e Estratégia da Empresa	X	X

Disciplinas do 2º Semestre			
5	Estágio e Projecto Final	X	

Legenda:

Frequência	Exame 100%	
X		Obrigatória a Frequência, não pode inscrever-se a Exame a 100%
X	X	Opcional. Pode inscrever-se para frequência OU para Exame a 100%

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE PETROLEOS

1º Ano		REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
Nº	Anuais		
1	Análise Matemática I	X	X
2	Física Geral	X	
3	Desenho Técnico e CAD		
4	Computação Científica	X	X
5	Geologia Geral	X	
6	Inglês Técnico	X	X
7	Química Geral	X	
	1º Semestre		
8	Álgebra Linear	X	X
9	Evolução Antropológica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico	X	X
	2º Semestre		
10	Epistemologia e Filosofia das Ciências e Tecnologias	X	X
11	Geometria Analítica	X	X

2º Ano		REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
Nº	Anuais		
1	Análise Matemática II	X	X
2	Electrotecnia Geral	X	
3	Mecânica dos Fluidos	X	X

4	Termodinâmica	X	X
1ºSemestre			
5	Princípios Básicos de Engenharia de Processo	X	X
6	Introdução à Economia	X	X
7	Introdução à Petrofísica	X	
8	Mecânica Geral e Aplicada	X	X
1ºSemestre			
9	Probabilidades e Estatística	X	X
10	Sedimentologia	X	
11	Inglês para Engenharia de Petróleos I	X	X
12	Geologia de Petróleos		

Nº	3º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
Anuais			
1	Metodologia de Pesquisa e Projecto	X	
2	Geofísica	X	X
3	Engenharia de Reservatório I	X	
4	Química Orgânica	X	
1º Semestre			
5	Caracterização e Simulação de Reservatórios	X	
6	Resistência dos Materiais	X	X
7	Sistemas Digitais e Automação	X	
2º Semestre			
8	Geo – Estatística e Modelagem	X	
9	Introdução à Perfuração de Poços	X	X
10	Avaliação de Formações	X	
11	Inglês para Engenharia de Petróleos II	X	X

Nº	4º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
	Anuais		
1	Produção de Petróleos e Gás Natural I	X	X
2	Engenharia de Reservatório II	X	X
3	Perfuração de Poços	X	X
4	Desenvolvimento de Campos em Geologia e Geofísica	X	
	1º Semestre		
5	Engenharia de Gás Natural	X	X
6	Avaliação Integrada de Campos de Petróleo e Gás Natural	X	X
7	Tecnologia de Offshore	X	X
	2º Semestre		
8	Projecto para Engenharia de Petróleo	X	
9	Tecnologia de Poços	X	X
10	Inglês para Engenharia de Petróleos III	X	X

Nº	5º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
	1º Semestre		
1	Economia de Petróleo	X	X
2	Métodos de Recuperação Secundário e Terciário	X	X
3	Segurança e Higiene nos Serviços Industriais	X	X
4	Ética e Deontologia Profissional	X	X
5	Estudo e Avaliação de Impacte Ambiental	X	X
6	Organização e Estratégia da Empresa	X	X
7	Produção de Petróleo e Gás II	X	X
	2º Semestre		
8	Estágio e Projecto Final	X	

Legenda:

Frequência	Exame 100%	
X		Obrigatória a Frequência, não pode inscrever-se a Exame a 100%
X	X	Opcional. Pode inscrever-se para frequência OU para Exame a 100%

OBS:

Avaliação por Frequência - art.º 39 ponto 2. alíneas a), b) e c) do presente regulamento.

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE REFINAÇÃO DE PETRÓLEOS

1º Ano		REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
Nº	**Anuais**		
1	Análise Matemática I	X	X
2	Física Geral	X	
3	Desenho Técnico e CAD		
4	Computação Científica	X	X
5	Geologia Geral	X	
6	Inglês Técnico	X	X
7	Química Geral	X	
1º Semestre			
8	Álgebra Linear	X	X
9	Evolução Antropológica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico	X	X
2º Semestre			
10	Epistemologia e Filosofia das Ciências e Tecnologias	X	X
11	Geometria Analítica	X	X

Nº	2º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
Anuais			
1	Análise Matemática II	X	X
2	Electrotecnia Geral	X	
3	Mecânica dos Fluídos	X	X
4	Princípios Básicos da engenharia de Processos	X	X
5	Termodinâmica	X	X
6	Mecânica Geral e Aplicada	X	X
1ºSemestre			
7	Introdução à Economia	X	X
2ºSemestre			
8	Probabilidades e Estatística	X	X
9	Práticas Laboratoriais de Engenharia Química I	X	

10	Química Inorgânica	X	

Nº	3º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
	Anuais		
1	Metodologia de Pesquisa e Projecto	X	
2	Processos de Engenharia Química	X	
3	Processos Tecnológicos de Refinação de Petróleos I	X	
4	Química Analítica	X	
5	Química Orgânica I	X	
	1º Semestre		
6	Resistência dos Materiais	X	X
7	Sistemas Digitais e Automação	X	
	2º Semestre		
8	Equipamentos Industrial	X	X
9	Química Física	X	X

Nº	4º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
	Anuais		
1	Processos Tecnológicos de Refinação de Petróleos II	X	
2	Química Orgânica II	X	
	1º Semestre		
3	Práticas Laboratoriais de Engenharia Química II	X	
4	Poluição da Indústria de Refinação de Petróleos	X	X
	2º Semestre		
8	Controlo e Garantia de Qualidade	X	X
9	Projecto de Refinação	X	X
10	Química dos Polímeros	X	X

Nº	5º Ano	REGIME DE AVALIAÇÃO por:	
		Frequência	Exame 100%
	1º Semestre		
1	Análise de Produtos Obtidos na Refinação	X	X
2	Economia do Petróleo	X	X
3	Emissões Gasosas e Efluentes Líquidos	X	X
4	Estudo e Avaliação de Impacte Ambiental	X	X
5	Ética e Deontologia Profissional	X	X
6	Organização e Estratégia da Empresa	X	X
7	Segurança e Higiene nos Serviços Industriais	X	X
	2º Semestre		
8	Estágio e Projecto Final	X	

Legenda:

Frequência	Exame 100%	
X		Obrigatória a Frequência, não pode inscrever-se a Exame a 100%
X	X	Opcional. Pode inscrever-se para frequência OU para Exame a 100%

OBS:

Avaliação por Frequência - art.º 39 ponto 2. alíneas a), b) e c) do presente regulamento.

REGIME DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Nº	1ºAno	Regime de Avaliação por:	
		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Análise Matemática I	X	X
2	Física Geral	X	
3	Computação Científica	X	X
4	Química Geral	X	
5	Inglês Técnico	X	X
	1º Semestre		
6	Álgebra Linear	X	X
7	Evolução Antropológica Desenvolvimento Científico e Tecnologias	X	X
8	Mecânica Geral	X	X
	2º Semestre		
9	Epistemologia e Filosofia das Ciências e Tecnologias	X	X
10	Geometria Analítica	X	X
11	Geometria Descritiva	X	X

2ºAno		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Análise Matemática II	x	x
2	Materiais de Construção	x	x
3	Resistência dos Materiais	x	x
4	Cartografia e Topografia	x	
5	Desenho Técnico e CAD	x	
	1º Semestre		
6	Eletrotecnia	x	
7	Métodos Numéricos	x	x
8	Geologia da Engenharia	x	
	2º Semestre		
9	Arquitectura	x	
10	Probabilidades e Estatística	x	x
11	Mecânica Aplicada	x	x

3ºAno		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Hidráulica Geral	x	
2	Teoria das Estruturas	x	
3	Direcção de Obras	x	x
4	Metodologia de Pesquisa e Projecto	x	
5	Planeamento e Ordenamento do Território	x	x
	1º Semestre		
6	Física das Construções	x	x
7	Vias de Comunicação (I)	x	x
8	Tecnologias das Construções (I)	x	
	2º Semestre		
9	Equipamento Urbano	x	
10	Urbanismo	x	
11	História da Engenharia Civil	x	x

4ºAno - OPÇÃO HIDRÁULICA, SANEAMENTO BÁSICO E RECURSOS HÍDRICOS		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Hidráulica Aplicada	x	
2	Higiene Sanitária	x	x
3	Mecânica dos Solos	x	
	1º Semestre		
4	Hidrologia	x	x
5	Estruturas hidráulicas	x	x
6	Betão Estrutural I	x	
	2º Semestre		
7	Estações de Bombeamento	x	
8	Planeamento de Recursos Hídricos	x	x
9	Projecto Prático	x	

5ºAno - OPÇÃO HIDRÁULICA, SANEAMENTO BÁSICO E RECURSOS HÍDRICOS		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Estudo e Avaliação de Impacte Ambiental	x	x
2	Gestão de Empreendimentos	x	x
3	Aproveitamentos Hidroeléctricos a pequena escala	x	x
4	Ética e Deontologia Profissional	x	x
5	Gestão de Recursos Hídricos	x	x
6	Higiene e Segurança no Trabalho	x	x
	1º Semestre		
7	Estágio e Projecto Final	x	

Unidade Curricular 4ºAno - OPÇÃO CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE COMUNICAÇÃO		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Vias de Comunicação II	x	x
2	Pavimentos Rodoviários	x	x
3	Mecânica dos Solos	x	
4	Hirálica Aplicada	x	x
	1º Semestre		
5	Obras Portuárias	x	x
6	Betão Estrutural I	x	
7	Aeródromos	x	x
	2º Semestre		
8	Gestão e Conservação de Vias de Comunicação I	x	
9	Projecto Prático	x	

5ºAno - OPÇÃO CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE COMUNICAÇÃO		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Estudo e Avaliação de Impacte Ambiental	x	x
2	Gestão e Conservação de Vias de Comunicação II	x	x
3	Gestão de Empreendimentos	x	x
4	Obras Ferroviárias	x	x
5	Ética e Deontologia Profissional	x	x
6	Higiene e Segurança no Trabalho	x	x
	1º Semestre		
7	Estágio e Projecto Final	x	

4ºAno - OPÇÃO - ESTRUTURAS E EDIFICAÇÕES		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Mecânica dos Solos	x	
2	Hirálica Aplicada	x	
3	Betão Estrutural	x	
	1º Semestre		
4	Fundações	x	x
5	Tecnologias das Construções I	x	
6	Pré-fabricação	x	x
	2º Semestre		
7	Conservação de Edifícios	x	x
8	Tecnologias das Construções II	x	x
9	Projecto Prático	x	

5ºAno - OPÇÃO - ESTRUTURAS E EDIFICAÇÕES		Regime de Avaliação por:	
Nº		Frequência	Exame
	Anuais		
1	Estudo e Avaliação de Impacte Ambiental	x	x
2	Processos Gerais de Construção	x	x
3	Estruturas Metálicas e Mistas	x	
4	Gestão de Empreendimentos	x	x
5	Ética e Deontologia Profissional	x	x
6	Higiene e Segurança no Trabalho	x	x
	1º Semestre		
7	Estágio e Projecto Final	x	